



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6429 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT09 - Trabalho e Educação

CONDIÇÕES DE TRABALHO: A TÔNICA DO NEOLIBERALISMO NA PROFISSÃO DOCENTE

Berta Leni Costa Cardoso - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL SUDOESTE BAHIA
 Abília Ana de Castro Neta - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Julia Cecilia de Oliveira Alves Ribeiro - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL SUDOESTE BAHIA

CONDIÇÕES DE TRABALHO: A TÔNICA DO NEOLIBERALISMO NA PROFISSÃO DOCENTE

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem a propositiva de investigar as condições de trabalho de docentes da Rede Estadual de Educação de um município no interior da Bahia. Para isso, buscamos compreender o fenômeno a partir de uma perspectiva materialista e pela análise e interpretação dos referenciais sobre o tema. Por meio de uma análise crítica e dialética, este artigo visa contribuir para a valorização do ser/estar docente, enquanto instrumento de posicionamento político e ideológico contra hegemônico.

Nessa investigação foram pesquisados 25 docentes que atuam na Educação Básica. Foram realizadas entrevistas e aplicados questionários semiestruturados, abordando os elementos das condições de trabalho docente, preconizados por Pereira Junior (2017). No tocante aos cuidados éticos, a participação ocorreu de forma voluntária e foi confirmada através da assinatura do TCLE. O presente estudo foi aprovado pelo CEP da Universidade do Estado da Bahia com o CAAE 43789015.4.0000.0057 e parecer número: 2.555.025. Para análise das informações obtidas no questionário organizamos um banco de dados no programa estatístico SPSS e, a partir disso, foi realizada uma análise descritiva. Como fio condutor da pesquisa, adotamos o materialismo histórico dialético, considerando-se que é infactível tratarmos do processo de reestruturação do capitalismo, trabalho, luta de classes, sem que, de forma direta, remetamo-nos às concepções marxistas.

2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOCENTE

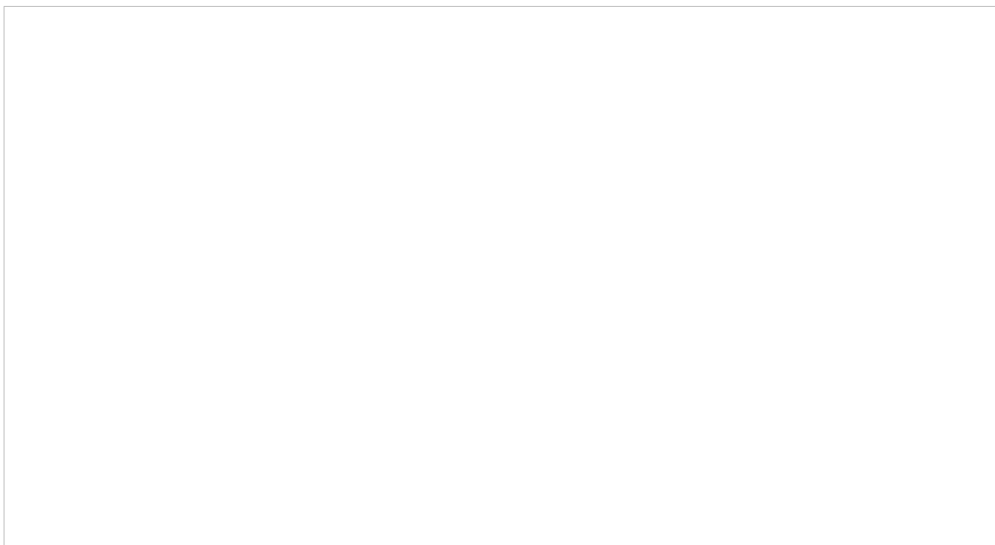
Pereira Junior (2017) identificou uma multiplicidade de conceitos ao tratar acerca do termo condições de trabalho docente. O autor esclarece que esta categoria teórica não se apresenta de forma unívoca na pesquisa científica. A multiplicidade de definições, apontadas pelo autor, são apresentadas em diversas pesquisas, dentre as quais, citamos Tardif e Lessard (2009), Oliveira e Assunção (2010), entre outros. Tardif e Lessard (2009, p. 111), por seu turno, salientam que as condições de trabalho docente são as variáveis que permitem descrever dimensões quantitativas do ensino (tempo de trabalho, número de alunos por turma, salário). Tais características “servem habitualmente para definir o quadro legal no qual o ensino é desenvolvido; elas são utilizadas pelos estados nacionais para contabilizar o trabalho docente, avaliá-lo e remunerá-lo”.

Pereira Junior (2017) preconiza que os componentes das condições de trabalho docente são diversificados tanto em termos da quantidade quanto da especificidade das dimensões. Diferem também em relação à unidade analítica, ou seja, as características investigadas podem se referir ao professor, à sala de aula, à escola ou ao ente federado. Segundo o autor, foram registradas mais de uma centena de denominações de aspectos componentes das condições de trabalho docente. Os itens das condições de trabalho, categorizados por Pereira Junior (2017) são: Condições ambientais; Equipamentos e materiais didáticos; Infraestrutura; Clima escolar; Relações interpessoais; Apoio institucional (entre outros). O autor aponta que os componentes das condições de trabalho docente, constituem duas dimensões mais amplas: a primeira é a infraestrutura e condições ambientais e, a segunda relaciona-se à organização do trabalho escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados a seguir caracterizam a amostra estudada. Os resultados foram processados pelo software SPSS e sistematizados em gráficos. Os elementos elencados nesta subseção foram categorizados a partir dos aspectos constitutivos das condições de trabalho docente estabelecidos por Pereira Júnior (2017).

Gráfico 01: Infraestrutura



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

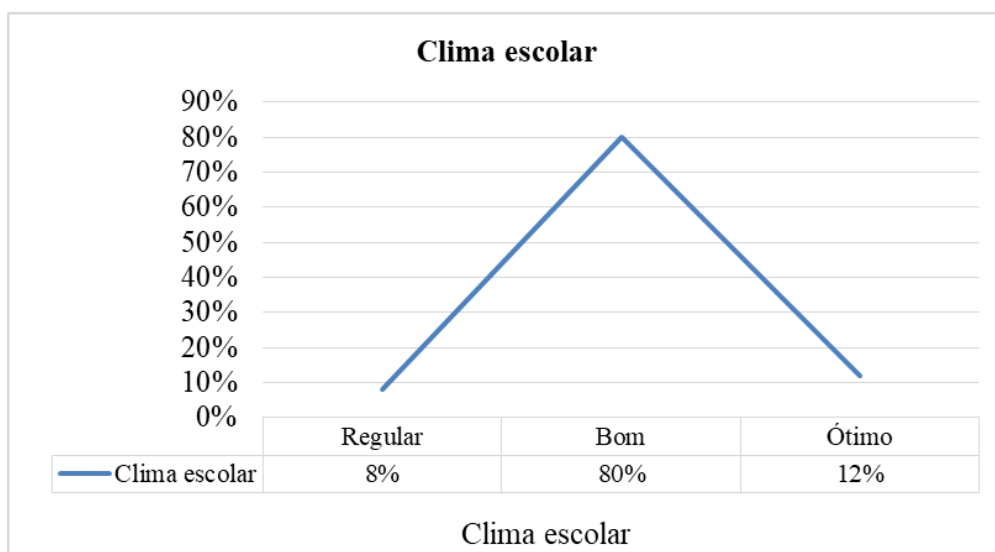
No tocante à infraestrutura, Pereira Junior (2017) estabelece que se trata da verificação da existência e/ou da avaliação das condições em que se encontram os distintos espaços físicos e/ou serviços básicos disponibilizados nas escolas. Registram-se nessa categoria os itens: biblioteca; condições da escola; condições da sala de aula; condições estruturais; espaço físico; laboratório; local para descanso; instalações físicas; características físicas do ambiente; mobiliário. Os docentes consideraram ruim (16%), regular (40%), bom (40%) e ótimo (4%).

A escola, lócus dessa pesquisa, oferece Ensino Médio em tempo integral. Este fator foi preponderante para que 16% dos sujeitos julgassem como inadequada/ruim a infraestrutura da escola. A carência foi sinalizada, sobretudo, em relação ao laboratório, refeitório, vestiário e local para planejamento. No tocante à problemática do Ensino Médio em tempo integral, Gawryszewski (2018), sob base teórico-documental, analisa a instituição do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral pelo governo federal. O autor discute acerca das implicações previstas e a concepção formativa presente no programa que pretende estender a escola em tempo integral para essa etapa da escolarização.

Gawryszewski (2018) preconiza que os critérios de seleção das escolas levam a crer que, a despeito da vulnerabilidade social, tratar-se-á de escolas que podem já dispor de maior apoio das Secretarias Estaduais, sobretudo a chamada infraestrutura adequada, que atende a requisitos de espaços administrativos, espaços pedagógicos (com metragem definida, inclusive), espaços esportivos e espaços físicos para serviços, como gás, depósito de lixo, depósito de material de limpeza e alimentação escolar. Entretanto, as falas dos docentes investigados apontam certas deficiências/fragilidades no tocante à infraestrutura da instituição.

Observa-se, assim, que há uma contradição em se pensar numa proposta de universalização e/ou ampliação para essa etapa da escolarização, haja vista a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que institui teto de gastos primários do governo federal. Gawryszewski (2018), portanto, estabelece uma reflexão acerca da necessidade de se pensar sobre as reais condições de acesso e permanência em que supostamente se daria esse tempo estendido. É necessário pensarmos nas condições de trabalho dos docentes, na qualidade do ensino, na infraestrutura das instituições, no desmonte de recursos, na flexibilização e, sobretudo, refletirmos os reais interesses do capital no tocante à educação pública brasileira.

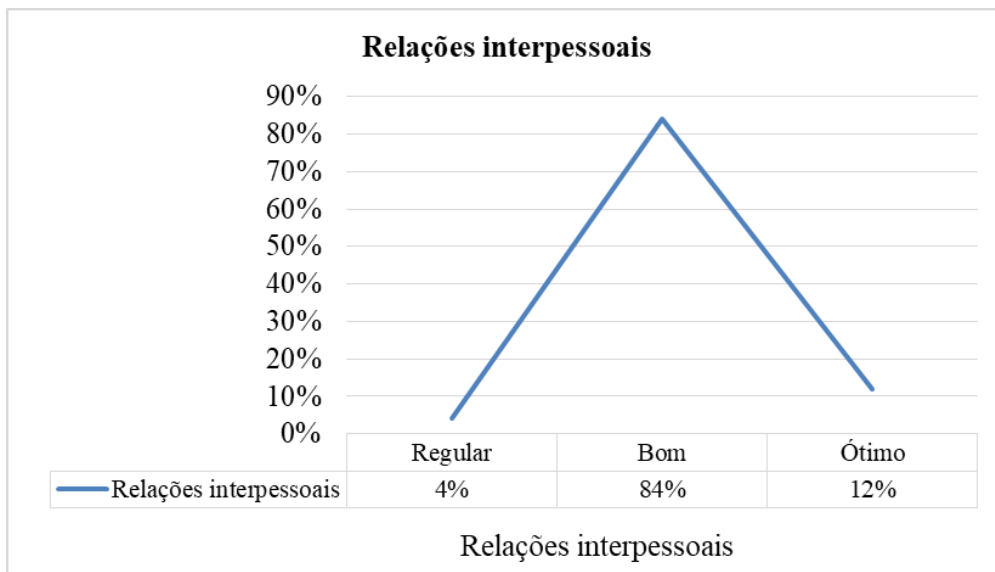
Gráfico 02: Clima escolar



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Em relação ao clima escolar, observamos que o grupo avalia positivamente este aspecto. São, 8% regular, 80% bom e 12% ótimo. Nota-se, portanto, a prevalência de indivíduos que consideram este quesito bom, representando, 80% da amostra. Este aspecto contempla os itens associados à percepção dos sujeitos sobre a ambiência e os comportamentos presenciados nas escolas. Enquadram-se nesta categoria: violência; imagem da escola; agressividade dos alunos; ambiente escolar (PEREIRA JUNIOR, 2017).

Gráfico 03: Relações interpessoais



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

No tocante às relações interpessoais, há similaridade com o quesito anterior. Novamente observamos que o grupo avalia positivamente este aspecto. São, 4% regular, 84% bom e 12% ótimo. Nota-se, portanto, a prevalência de indivíduos que consideram este quesito bom, notadamente, 84% da amostra.

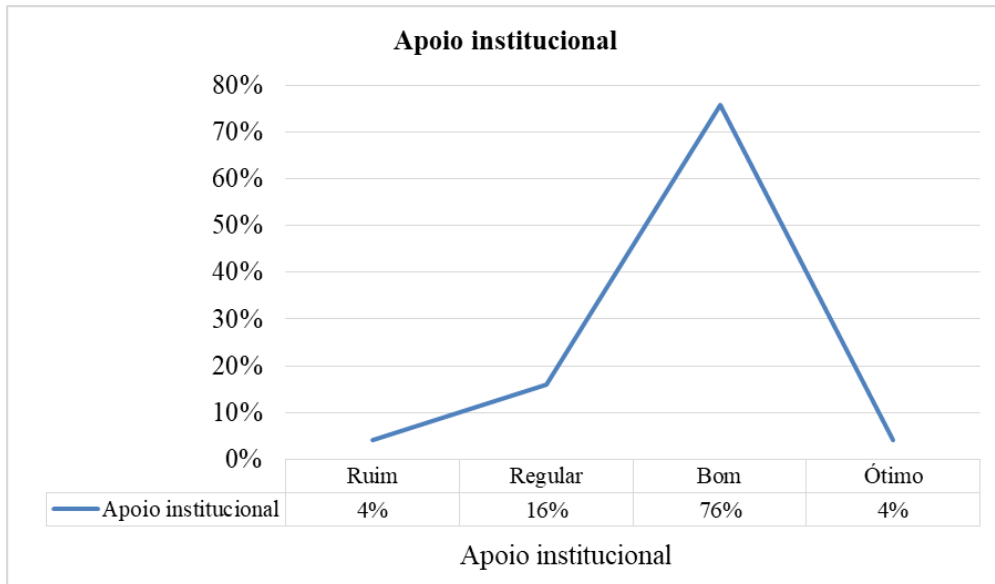
As relações interpessoais referem-se ao conjunto de interações dos docentes, sejam com os colegas de trabalho, os alunos, os pais de discentes ou a direção. Engloba os seguintes itens: convívio social com alunos; convívio social com colegas de trabalho; falta de diálogo; indisciplina dos alunos; interesse dos alunos; interação entre professores; relacionamento com os alunos; relacionamento com os colegas; relacionamento com a direção; relacionamento com os pais de alunos; relações de trabalho; conflitos com supervisores; hierarquia; trabalho coletivo (PEREIRA JUNIOR, 2017).

Segundo Dejours (1992, p. 75), relações de trabalho são “todos os laços humanos criados pela organização do trabalho: relações com as chefias, com a supervisão, com os outros trabalhadores – e que são às vezes desagradáveis, até insuportáveis”. O trabalho docente, de certa forma, não exige dependência nem contato frequente com os demais professores, podendo ser reduzidos, dessa forma, os problemas de relacionamento no trabalho, sobressaindo a cooperação entre eles.

Isso pode explicar o fato de que, para 84% dos professores, as relações interpessoais foram

consideradas positivas e, para 80% dos docentes, o clima escolar também foi avaliado positivamente. Por outro lado, o relacionamento com os alunos ocorre de forma mais intensa. Essa é uma característica que diferencia o processo de trabalho de uma indústria do processo de trabalho no ambiente escolar, pois na relação professor-aluno existe uma forte participação desses últimos no processo de aprendizado (PENA; MINAYO-GOMEZ, 2010).

Gráfico 04: Apoio institucional



Fonte: Dados da pesquisa (2020)

De acordo com Pereira Junior (2017), o item “Apoio institucional” refere-se ao conjunto de ações ou instrumentos fornecidos pelas escolas ou pelos entes federados visando apoiar e aprimorar o trabalho docente. Contempla os seguintes itens: serviço de apoio ao professor; recursos humanos; planejamento curricular; equipe de trabalho; capacitação; aprimoramento e desenvolvimento; professor de apoio especializado; lógica organizacional. No tocante a este aspecto, os sujeitos consideram ruim (4%), regular (16%), bom (76%) e ótimo (4%).

Nas entrevistas, por seu turno, foram abordados os itens constitutivos da precarização do trabalho docente. Nesta perspectiva, as mudanças ocorridas no mundo do capital, sobretudo nas últimas décadas, promoveram mudanças profundas no mundo do trabalho. Neoliberalismo e a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível produziram entre tantos aspectos destrutivos, um monumental desemprego e uma enorme precarização do trabalho. Nota-se um processo análogo nas condições de trabalho dos professores. Muitos são os processos que materializam a precarização da vida do trabalhador, a saber: flexibilização, intensificação, desemprego, desprofissionalização, degradação, sobrecarga, cobranças, fragilização, competitividade, perda de autonomia, etc. (SILVA, 2014).

Ao refletir acerca da precarização do trabalho docente, materializada pela perda da autonomia, flexibilização e controle do trabalho, Inforsato (2001) aponta que a flexibilização do trabalho está associada ao modelo de gestão empresarial imposto às escolas nos últimos 20 anos, o qual tem provocado não somente a perda da autonomia do trabalho dos docentes e dos gestores, mas o aumento das suas atividades. Nesta perspectiva, Piovezan (2017) preconiza que divergente da condição de trabalho atual, nos anos de 1950 e 1960, os docentes possuíam autonomia sob o seu fazer pedagógico. Para Vieitez e Dal Ri (2011, p. 138), a autonomia do trabalho docente no período dos anos de ouro representava o papel da educação naquele

momento histórico. A partir das décadas de 1970 e 1980 e, em especial, nas décadas de 1990 e 2000, uma série de reformas nas leis que regulamentam a educação básica nacional desencadeou a perda do controle sobre o processo de trabalho do docente (PIOVEZAN, 2017). Nesta perspectiva, o docente 08 contribui:

Desde a Jornada Pedagógica até o Conselho de Classe. Há, a meu ver, um cerceamento legalizado quanto ao nosso agir no processo educativo, nos moldando para o perfil que órgãos como as Secretarias de Educação e o MEC desejam nos impor.

Quando ingressei no serviço público de educação, nos idos de 2007, essa estrutura de controle já estava estabelecida, mas, ao longo dessa jornada de mais de uma década pude perceber um acirramento dessa estrutura, que anualmente e governo pós governo vem criando mecanismos que limitam muito nosso agir enquanto professores. Seja pela flexibilização, intensificação, formas de contratação, arrocho salarial, perda do controle sobre o processo de trabalho e aumento da alienação de nós docentes, nosso trabalho está cada vez mais complexo. Precisamos, cada vez mais, responder às mais diferenciadas demandas dessa engrenagem criada.

É uma espécie de The Big Eye, o grande olho, ideia que explica o sucesso de programas como o Big Brother, onde somos vigiados o tempo todo, tendo que executar tarefas pré-estabelecidas sem a mínima chance de participação do processo, apenas cumprimento de ações para suprir as metas almejadas por órgãos como as secretarias de educação.

Tudo isso aliado ao ritmo crescente de cobranças sociais nos quais vivemos prejudica sim a saúde mental, física e emocional de nós, professores, cada vez mais limitados em nosso serviço. No fim das contas somos reduzidos a números, seja para o Estado poupar dinheiro ou mesmo para atingir os índices desejados pelas avaliações externas. Um aspecto bastante evidente da perda de humanização que já foi tão natural da educação, e que a criou em essência (Prof. 08).

A docente 02 coaduna com esse posicionamento e traz ao debate a questão de gerenciamento e conservadorismo do Estado.

Conseguimos algumas autonomias por conta das lutas travadas para que o professor efetivamente conquistasse esse direito. No entanto, eu busco/luto por essa autonomia sobre seu fazer pedagógico todos os dias, pois a resistência precisa ser constante. As principais formas de controle sobre meu trabalho é o próprio sistema educacional, que continua muito gerenciador. Ou seja, tem um discurso de progressista, no entanto não passa de um sistema burocrata pautado no conservadorismo (Profa. 02).

O docente 08 ainda esclarece acerca do controle que o Estado exerce perante a educação e o fazer docente, enfatizando a lógica neoliberal sobre a educação, transformando-a numa engrenagem eminentemente mercantil, estando sob os interesses do capital.

Não acredito que o fazer pedagógico nos é livre, não que esteja anulando a importância de normas e diretrizes, mas, cada vez mais, as diretrizes são mais cerceadoras das nossas mãos. Os índices e avaliações externos são uma forma de dominação do Mercado, tiram do professor a liberdade de agir conforme a realidade de onde trabalha e padroniza todos os indivíduos, desconsiderando suas particularidades, impondo projetos sem os devidos recursos humanos, físicos e verbas para a correta avaliação. Desde a universidade já ouvia que quem faz as leis educacionais no nosso país não está ou nunca esteve numa sala de aula, não sabem qual a realidade desse país tão vasto e plural. Constroem com base no que pegam de fora e pouco, ou nada, se importam com as identidades regionais que nos são próprias.

Além do que toda reunião de semana pedagógica apresenta dados sobre evasão,

repetência etc., sempre as mesmas questões de anos antes. O que se propõe é “temos que diminuir esses índices negativos”. Não há, para mim, uma preocupação com a humanização das pessoas, o cansaço emocional e físico dessa labuta, dos estudantes que vem de tantos contextos que a escola não tem condições e ainda não tem de dar conta de todos os desafios. São números, somos sempre números, a educação ainda que pública tornou-se empresarial, é necessário bater metas, aumentar ou diminuir índices (Prof. 08).

Portanto, esclarece Piovezan (2017), a perda do controle sobre o processo de trabalho envolve os docentes numa rede de monitoramento, índices e metas que cerceia a possibilidade de criação e intervenção nas aulas de acordo com as necessidades individuais dos alunos. A perda de autonomia dos docentes é crucial para atender as exigências solicitadas pelo Ministério da Educação e as Secretarias da Educação dos Estados, isto é, a adoção dos currículos, materiais didáticos e avaliações. A autora ainda estabelece que a nova forma de organização gerencialista da educação, além de controlar todos os processos que determinam o trabalho dos docentes, controla, ainda, todas as propostas de metas que estes profissionais necessitam alcançar nas escolas. Portanto, os professores são vigiados periodicamente pelo controle burocrático do Estado, de modo que o seu envolvimento com a nova lógica perversa de monitoramento dos resultados acontece quase inconscientemente.

8 CONCLUSÃO

As condições de trabalho são um elemento essencial para garantir, junto com outros elementos, a valorização do trabalhador docente. Muitos são os fatores que determinam se as condições de trabalho são apropriadas ou não para esses profissionais. As influências neoliberais na sociedade como um todo e também no ambiente escolar, proporcionaram condições de trabalho nem sempre favoráveis ao bem-estar docente, configurando a precarização do trabalho destes profissionais. Dentre os fatores que confirmam esta afirmação, destacamos infraestrutura inadequada, com espaços necessários insuficientes e até inexistentes; conservadorismo e gerencialismo, demonstrando o controle do Estado sobre o fazer docente, diminuindo sua autonomia; relações interpessoais intensas e até mesmo conflituosas, dentre outros.

Os dados revelaram que os docentes da instituição pesquisada consideram que a maior parte das condições de trabalho naquele espaço são favoráveis, refletindo nos bons resultados educacionais da referida escola e servindo de lição que quanto melhores e livres forem as condições de trabalhos das interferências neoliberais, mais valorizados são os docentes e melhores serão os resultados educacionais.

REFERÊNCIAS

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução da Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal – 5.ed.ampliada – São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

GAWRYSZEWSKI, Bruno. Tempo Integral: mais uma solução para o ensino médio? **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.18, n.3 [77], p.826-843, jul./set. 2018.

INFORSATO, E. C. As dificuldades e dilemas do professor iniciante. In: SOARES, J. A. (Org.). **Estudos sobre a profissão docente**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001. p. 91-115.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Condições de trabalho docente (Verbete). In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. (Orgs). **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

PENA, Paulo G. L.; MINAYO-GOMEZ, Carlos. Premissas para a compreensão da saúde dos trabalhadores no setor serviço. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 371-383, jun. 2010.

PEREIRA JUNIOR, Edimilson Antonio. **Condições de trabalho docente nas escolas de educação básica no Brasil: uma análise quantitativa**. 231 f. Tese. (Doutorado em educação). Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Belo Horizonte, 2017.

PIOVEZAN, Patricia Regina. **As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal**. 2017. 225 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

SILVA, Dimarães. **As políticas neoliberais e a precarização do trabalho docente em uma microrealidade de duas escolas mantidas pelo estado em Porto Velho – Ro**. 2014. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação do Núcleo de Ciências Humanas da Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Trad. João Batista Kreuch. – 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VIEITEZ, C. G.; DAL RI, N. M. Educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, F. C. S.; SOUZA, J. U. P.; CARDOZO, M. J. P. B. (Org.). **Democratização e educação pública: sendas e veredas**. São Luís: Editora da Universidade Federal do Maranhão - Edefma, 2011. p. 133-165.

Palavras-chave: Condições de Trabalho. Neoliberalismo. Docente.

NOTA:

Trata-se de um recorte da Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB) autora Abília Ana de Castro Neta, orientação da Profa. Dra. Berta Leni Costa Cardoso. Título da Dissertação: A precarização do trabalho e os impactos para o processo de adoecimento da classe trabalhadora docente (2020).